



PARTE H

MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

Aviso n.º 15809/2013

Alteração do Plano Diretor Municipal Regulamento

Torna-se público que, a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, em reunião ordinária de 9 de setembro de 2013, nos termos e para os efeitos previsto no n.º 4 do artigo 148.º, no n.º 1 do artigo 74.º, nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 77.º, n.º 2 do artigo 93.º e no artigo 96.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, deliberou iniciar o procedimento de alteração ao Plano Diretor Municipal — Regulamento, tendo aprovado a fundamentação técnica que fixa os objetivos, o prazo de 90 dias para a conclusão do procedimento e a não qualificação da alteração a Avaliação Ambiental. Na sequência desta deliberação, a Câmara Municipal fixa um período de participação preventiva de 15 dias úteis a contar da publicação do respetivo Aviso no *Diário da República*, durante o qual todos os interessados devem apresentar as informações, sugestões e ou observações, que considerem úteis no âmbito do respetivo procedimento de elaboração da alteração. Esta participação deve ser formalizada por escrito, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, para a morada: Praça Municipal, 4974-003 Arcos de Valdevez, a remeter por correio eletrónico para geral@cmav.pt ou por preenchimento em formulário próprio disponibilizado em www.cmav.pt e no Serviço de Planeamento e Ordenamento do Território do Município de Arcos de Valdevez.

12 de novembro de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal,
Dr. João Manuel Esteves.

207477924

MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS

Aviso n.º 15810/2013

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, faz-se pública a lista nominativa dos trabalhadores do mapa de pessoal desta Autarquia, que cessaram funções, no período compreendido entre 1 de janeiro e 30 de novembro de 2013:

Por motivo de aposentação:

Joaquim Manuel Carvalho Santos, Assistente Operacional, Nível entre 7 e 8, em 01/01/2013;

Por falecimento:

Luís Miguel Lopes Mota, Coordenador do Núcleo de Informática, Nível 2, em 13/01/2013.

5 de dezembro de 2013. — A Presidente da Câmara, *Silvia Cristina Tirapicos Pinto.*

307456207

MUNICÍPIO DE LEIRIA

Editál n.º 1107/2013

Plano de Pormenor de Santo Agostinho (PP2) — Alteração

Raul Miguel de Castro, Presidente da Câmara Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 56.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a alteração dada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) publicado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 181/2009 de 7 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 2/2011 de 6 de janeiro, torna pública a deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de 17 de outubro de 2013,

que determina o prazo para formulação de sugestões e apresentação de informação pelos interessados bem assim como os termos de referência com vista à alteração do Plano de Pormenor de Santo Agostinho (PP2) com os seguintes termos de referência:

“O Programa Polis- Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, teve como objetivo a melhoria da qualidade de vida nas cidades, através de intervenções urbanísticas e ambientais que permitissem melhorar a atratividade e a competitividade dos polos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional.

Neste contexto foi elaborado pela Câmara Municipal de Leiria conjuntamente com a Parque Expo 98, um Plano Estratégico que contemplou, para o reordenamento urbano, um conjunto de intervenções, cuja implementação seria efetuada através de planos de pormenor a elaborar pela Sociedade Leiria Polis S. A., (criada pelo Decreto-Lei n.º 308/2000, de 28 de novembro) promotora e gestora do projeto.

A área de intervenção do programa Polis, dada a sua dimensão e características diferenciadas, foi dividida em quatro zonas, para efeitos de elaboração dos planos de pormenor.

Para a elaboração dos planos abrangidos pelo programa Polis foi aprovado um regime especial (Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de dezembro).

O Plano de Pormenor de Santo Agostinho (PP2) abrange uma área de 14.22ha, correspondente ao troço urbano das margens do rio Lis entre a ponte dos Caniços e a ponte Afonso Zúquete.

O Plano foi sujeito a discussão pública (anúncio n.º 92/2002 DR- 2.ª série, 13-08-2002), tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal de Leiria em 28 de novembro de 2005 e ratificado através da resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2006, de 14 de junho de 2006 (DR 1.ª série B, de 30 de junho de 2006).

Decorridos sete anos após a publicação do Plano, considera-se que existem questões que têm vindo a dificultar a execução deste instrumento de gestão urbanística no que diz respeito à intervenção no edificado, designadamente os aspetos relacionados com a tipologia de intervenção contempladas no plano e as propostas para as novas edificações.

Assim, foram definidos os seguintes pontos para a alteração do Plano:

i) Alteração dos modos de intervenção no edificado tendo em consideração as características arquitetónicas, valor patrimonial e inserção urbana de cada um dos edifícios, bem como a necessidade de permitir a sua transformação controlada de modo a poderem adaptar-se a novos usos;

ii) Alteração da edificação proposta para o início da R. da N.ª Sr.ª da Encarnação, identificada com o n.º 2, bem como a alteração do desenho do arruamento, de modo a facilitar a implementação de uma solução para a requalificação e valorização do acesso ao monumento;

iii) Alteração do parque de estacionamento de superfície, localizado no sopé do morro da N.ª S.ª da Encarnação, por se considerar que não se justifica o investimento, tendo em conta a proximidade do parque de estacionamento do Largo da Infância 7, e a subocupação que este apresenta;

iv) Alteração dos parâmetros para as novas edificações a localizar no tecido urbano mais antigo e de cota mais baixa, quanto ao número de lugares de estacionamento exigível, dada a exiguidade das parcelas e o nível freático existente;

v) Alteração do uso referente ao edifício identificado com o n.º 7 de modo a não especificar o tipo de equipamento, permitindo uma maior flexibilidade para a sua reutilização;

vi) Revisão do regulamento do plano e das peças desenhadas de modo a adequarem-se às alterações enunciadas, bem como permitir a sua atualização em consonância com os objetivos do município.

A Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 1 do artigo 74.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) publicado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 181/2009 de 7 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 2/2011 de 6 de janeiro, deliberou que a alteração, de acordo com os termos de referência acima descritos, decorra no prazo de 6 meses.

Foi ainda deliberado, nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do mesmo regime jurídico, proceder à abertura de um período de 15 dias, contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, de participação dos interessados para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de alteração.»

Para constar se lavrou o presente edital que vai ser afixado no edifício dos Paços do Concelho, inserido na Intranet e na página eletrónica do Município de Leiria e publicado em dois jornais locais.

25 de outubro de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Raul Castro*.

307451858

MUNICÍPIO DE LISBOA

Declaração de retificação n.º 1403/2013

Nos termos do n.º 5 do artigo 97.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, declara-se que o aviso n.º 9642/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 26 de julho de 2013, relativo à aprovação do Plano de Pormenor de Palma de Baixo, saiu com inexatidões provenientes de divergências entre o ato original, aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa em 30 de abril de 2013, na 89.ª reunião e 18.ª sessão ordinária, através das deliberações n.ºs 40/AML/2013 e 42/AML/2013, e o ato efetivamente publicado que, mediante a declaração da entidade emitente, assim se retificam:

No artigo 8.º do Regulamento, onde se lê:

«O plano é integralmente constituído por solo urbanizado, classificado como espaços consolidados e a consolidar integrando as seguintes categorias:

- a) Espaço Central e Residencial — Traçado Urbano D.
- b) Espaço Central e Residencial — Traçado Urbano C.»

deve ler -se:

«O plano é integralmente constituído por solo urbanizado, classificado como espaços consolidados e a consolidar integrando as seguintes categorias:

- a) Espaço central e residencial — traçado urbano A;
- b) Espaço central e residencial — traçado urbano C;
- c) Espaço de uso especial de equipamento.»

Na epígrafe da secção I do capítulo III, onde se lê:

«Do Espaço Central e Residencial — Traçado Urbano D.»

deve ler-se:

«Do espaço central e residencial — traçado urbano A.»

No n.º 1 do artigo 10.º do Regulamento, onde se lê:

«1 — O traçado Urbano D é constituído pelo antigo núcleo de Palma de Baixo, consistindo num espaço urbano cujas características morfológicas, arquitetónicas e ambientais se pretendem conservar.»

deve ler-se:

«1 — O traçado urbano A é constituído pelo antigo núcleo de Palma de Baixo, consistindo num espaço urbano cujas características morfológicas, arquitetónicas e ambientais se pretendem conservar.»

No n.º 5 do artigo 10.º do Regulamento, onde se lê:

«5 — Os usos permitidos neste espaço central e residencial — traçado urbano D é unicamente habitação, equipamento e comércio de caráter local.»

deve ler-se:

«5 — Os usos permitidos neste espaço central e residencial — traçado urbano A são unicamente habitação, equipamento e comércio de caráter local.»

No n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento, onde se lê:

«1 — No espaço central e residencial — traçado urbano D todas as edificações podem atingir a altura de fachada de 2 pisos sendo admitido o aproveitamento do sótão nos termos e condições esta-

belecidas no n.º 3 do artigo anterior, sem prejuízo do disposto no artigo 59.º do RGEU.»

deve ler-se:

«1 — No espaço central e residencial — traçado urbano A todas as edificações podem atingir a altura de fachada de dois pisos, sendo admitido o aproveitamento do sótão nos termos e condições estabelecidas no n.º 3 do artigo anterior, sem prejuízo do disposto no artigo 59.º do RGEU.»

No n.º 5 do artigo 11.º do Regulamento, onde se lê:

«5 — No espaço central e residencial — traçado urbano D, são admitidas obras de ampliação nos edifícios existentes, desde que fique assegurado o disposto nos números anteriores.»

deve ler-se:

«5 — No espaço central e residencial — traçado urbano A são admitidas obras de ampliação nos edifícios existentes, desde que fique assegurado o disposto nos números anteriores.»

No artigo 13.º do Regulamento, onde se lê:

«No espaço central e residencial — traçado urbano D, a ocupação dos logradouros está sujeita às regras estabelecidas em plano diretor municipal.»

deve ler-se:

«No espaço central e residencial — traçado urbano A a ocupação dos logradouros está sujeita às regras estabelecidas em plano diretor municipal.»

Na epígrafe do capítulo VII, onde se lê:

«Equipamentos coletivos»

deve ler-se:

«Espaço de uso especial de equipamento»

18 de outubro de 2013. — O Diretor Municipal, *Jorge Catarina Tavares*.

607478718

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Édito n.º 572/2013

Torna-se público que, Maria Boa Hora Santos Guerreiro, pretende habilitar-se como herdeira do seu falecido esposo, Orlando Luís Valério Bartolomeu, ex-trabalhador desta Autarquia com a categoria de Assistente Operacional, falecido em 20 de novembro de 2013, a fim de poder levantar desta Câmara Municipal, a importância ilíquida de 4.386,68 €, respeitante ao subsídio por morte, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 223/95, de 8 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem conforme a outros abonos devidos.

Quem tiver que opor ou vir a habilitar-se ao referido levantamento, deve deduzir o seu direito, no prazo de 30 dias, a contar da publicação do presente édito no *Diário da República*.

28 de novembro de 2013. — A Vereadora (com competências delegadas em 21/10/2013), *Ana Isabel Encarnação Carvalho Machado*.

307478289

MUNICÍPIO DA LOURINHÃ

Aviso (extrato) n.º 15811/2013

Nomeações em comissão de serviço

Em cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torno público que foram nomeados por meu despacho de 22/10/2013, com produção de efeitos nessa data:

Para o Gabinete de Apoio à Presidência, Maria da Graça da Silva Santos Guerra como Chefe de Gabinete, e Isabel Maria Baptista Seixas Costa como Secretária, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, conjugada com o n.º 4 do artigo 43.º do mesmo diploma;